

AS SEXUALIDADES DISSIDENTES COEXISTEM NA ESCOLA.

Emannuely Maria da Silva Santos
Graduanda em Sociologia na Universidade Estadual da Paraíba.
Bolsista CAPES/UEPB.
Emannuely.santos@aluno.uepb.edu.br

*Simpósio Temático nº 29 – Pedagogias Queer: Desestabilizações, Desconstruções e A
Produção De Conhecimentos Dissidentes*

RESUMO

O artigo se constitui como resultado das reflexões, sistematizações e análises de dados a partir de uma interpretação sociológica acerca da LGBTIFOBIA como fenômeno social reverberado na escola. Outrossim, objetivamos perscrutar, analiticamente, a narrativa dos/as jovens escolares sobre os desafios, as dificuldades, os conflitos, as tensões, os reveses de ser estudante LGBTI+ em uma Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio (EEEFM), no município de queimadas - PB. Na elaboração do problema de pesquisa indagamos: como os/as jovens escolares LGBTI+ identificam e apontam, discursivamente, os desafios às suas sexualidades no ambiente de uma escola pública; como essas configurações sociais se constituem, reverberam novas formas de existência para os/as estudantes. Os procedimentos metodológicos foram realizados a partir de um conjunto de técnicas de natureza qualitativa, articulados com o problema da pesquisa e os objetivos propostos. Os dados são analisados na perspectiva teórico-metodológica da análise do discurso a fim de apreender cada discurso na historicidade que o caracteriza, atribuindo a própria linguagem um marcador histórico-social, que constitui as experiências, a realidade, um mundo de significações. Destacamos como principal resultado, o agenciamento das tecnologias de gênero e sexualidade articulados a produção de conhecimento, se valendo de um carácter abnócio propositando instituir diferenças e desigualdades.

Palavras-chave: LGBTIFOBIA, jovens escolares, diferenças.

ABSTRAT

The article is constituted as a result of reflections, systematizations and data analysis from a sociological interpretation of LGBTIFOBIA as a social phenomenon reverberated in school. in addition, we aim to analyze, analytically, the narrative of young students about the challenges, difficulties, conflicts, tensions, setbacks of being a LGBTI+ student in a state elementary and high school (EEEFM) in the municipality of burns - bp. as a research problem, we ask: how young LGBTI+ students identify and discursively point out the challenges to their sexualities in the environment of a public school; how these social configurations are constituted and reverberate and new forms of existence for students. the methodological procedures were carried out from a set of techniques of a qualitative nature, articulated with the research problem and the proposed objectives. the data are

analyzed from the theoretical-methodological perspective of discourse analysis in order to apprehend each discourse in the historicity that characterizes it, attributing to language itself a historical-social marker, which constitutes experiences, reality, a world of meanings. we highlight as the main result, the agency of gender and sexuality technologies articulated to the production of knowledge, making use of an abnoxious character, proposing to institute differences and inequalities.

Keywords: LGBTIFOBIA, young schoolchildren, differences.

INTRODUÇÃO

Problematizar, interpelar, desestabilizar, perturbar, transgredir. Os estudos feministas arrogam e assumem o exercício contínuo de analisar os funcionamentos do poder, apontando os desdobramentos da construção de diferenças que se espraia pela vida social produzindo diversos e múltiplos assujeitamentos de gênero e sexualidade comprometidos para manutenção da matriz de uma heteronormatividade compulsória.

Se a única “verdade” que pode ser admitida no esteio dos estudos feministas na perspectiva pós estruturalista é que gênero e sexualidade se constituem como categorias propriamente discursivas e por isso históricas, contingentes, provisórias, instáveis, é incontestável que as estruturas sociais são enredadas por um artesanato de tecnologias de poder amplas, difusas e complexas que se agenciam para sustentar uma suposta naturalização originada em uma imaginária inevitabilidade histórica.

A instituição escolar se revela como lócus de esquadramento dos seres desejantes a partir de uma pedagogização dos desejos, controle, de afirmação e pertencimento, de vivências, tensões, conflitos. Sem falar abertamente, ela condena e nega as várias possibilidades de viver prazeres e desejos corporais através de códigos e símbolos, pois “em torno e a propósito do sexo há uma verdadeira explosão discursiva” (FOUCAULT, 1999, p.21), que categoriza a heterossexualidade como normal, enquanto outras dissidentes são referenciadas ao impensável, ao desvio e ao segredo, uma vez consideradas como incoerentes ao gênero.

É importante assinalar uma reflexão que transgrida uma análise generalizante e universal da várias interfaces da LGBTIfobia, posto isso há de ser considerado que as múltiplas vivências das sexualidades dissidentes na escola se particularizam por sujeitos que carregam marcadores sociais da diferença, especialmente, de gênero, raça e classe, que impactam na maior ou menor intensidade de preconceitos, de estigmas e vitimizações

por piadas LGBTIfóbicas, chacotas, insultos, apelidos jocosos, agressões físicas e verbais.

Vê-se uma atribuição de vulnerabilidades em que alguns/algumas alunos/as se encontram mais expostos/as que as/os outras/os, estando assim enquadrados/as em maior ou menor condição de precariedade de vida. Ser mulher trans, lésbica, negra, pobre e estudante em uma escola da periferia implica em uma realidade muito mais dura e violenta do que outras sujeições que não se sobrepõem.

Nesse sentido, pode-se afirmar que a escola que conhecemos é gestada e acumula os vícios problemáticos da sociedade ocidental moderna, especialmente, na produção astuciosa de tornar a diferença em naturalidade. É em práticas que "seguramente" não são constituídas do poder que devemos orientar nossa desconfiança. Desconfiar do que é natural (LOURO, 2012, P.64) para compreender a articulação entre poder e saber distribuídos na organização da escola e produção de conhecimento comprometidos para garantir as diferenças sociais entre os/as estudantes.

Com efeito, pesquisas apontam para uma expressiva evasão escolar de estudantes LGBTIs, demonstrando ser um desafio à própria dificuldade de acesso e permanência a escola, mesmo a educação sendo um direito fundamental de todos/as sem qualquer distinção. A Pesquisa Nacional sobre Estudantes LGBT e o Ambiente Escolar em 2015, em parceria entre a Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais ABGLT, Grupo Dignidade e o Centro Paranaense da Cidadania, o Instituto Brasileiro de Diversidade Sexual e o Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná, indicam que 73% dos/das estudantes já foram agredidos/as verbalmente em razão de sua orientação sexual, 27% foram agredidos/as fisicamente por causa de sua orientação sexual e 56% foram assediados/as sexualmente na escola.

Por essas razões, por todos os desafios e expressivos impedimentos à garantia a educação e os percalços adversos amargados na escola experienciados pela comunidade LGBTI, essa pesquisa mostra-se ser relevante para apontar e desestabilizar os processos sociais de normalização no âmbito da escola, que marca como anormais, perversos e indesejáveis as sexualidades outras.

Logo, o objetivo geral dessa pesquisa é perscrutar analiticamente a narrativa dos/as jovens escolares sobre quais são os desafios, os reveses de ser estudante LGBTI em uma Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio (EEEFM), do município de Queimadas (PB). A partir desse recorte, os objetivos específicos estão orientados para

discutir a problematização e reflexão acerca das tecnologias de poder-saber que assinalam a LGBTfobia como potente fenômeno sócio-histórico sustentada, especificamente, pelas técnicas que a escola se aporta para (a)normalizar sexualidades.

Os procedimentos metodológicos foram realizados a partir de um conjunto de técnicas de natureza qualitativa, articulados com o problema da pesquisa e os objetivos propostos. As narrativas sobre a sexualidade dissidente nas experiências dos jovens escolares, serão tratadas a partir de várias técnicas de pesquisa: entrevistas semiestruturadas com os/as estudantes, os diálogos informais no cotidiano da vida escolar, o uso do diário de campo (para o registro das observações de campo), a observação participante e a revisão da literatura específica sobre o tema (objeto de estudo), para construir “os dados”, as reflexões e análise sobre o que se pretende conhecer.

Os dados transcritos foram analisados na perspectiva da análise do discurso, a partir dos procedimentos “orientados” por Michel Foucault em A ordem do discurso (1996) a fim de apreender cada narrativa/discurso na historicidade que o caracteriza atribuindo a própria linguagem um marcador histórico-social, que constitui nossas experiências, nossa realidade, nosso mundo de significações. Portanto, não é nosso propósito, aqui, produzir um conjunto de verdades nem tampouco estabelecer uma essência, uma origem, um não-dito acerca de cada enunciação que circundam o universo do discurso.

Essa pesquisa é resultado do acúmulo de reflexões, sistematizações e análises de dados do projeto de Iniciação Científica – PIBIC (CNPQ/UEPB) cota 2020/2021 – intitulado como As narrativas de si: gênero e sexualidade na perspectiva de jovens escolares, da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Francisco Ernesto do Rêgo (EEEFM), no município de Queimadas (PB).

DESENVOLVIMENTO

O acúmulo de discussões dos estudos feministas pós-modernos acerca dos problemas que se fixam sobre a sexualidade considera inevitável desorganizar a ordem compulsória entre gênero, sexo e desejo. Essa crítica não funciona como uma espécie de tribunal do passado, pois é completamente necessário compreender que a definição e distinção das categorias de gênero e sexualidade, em primeiro momento, foram acionadas

como uma contra narrativa às justificativas biologistas que davam suporte aos discursos sobre diferença sexual.

Em outras palavras, concebeu-se a díade para o qual gênero está para cultura, assim como o sexo para natureza. Judith Butler em Problemas de gênero (2016) contesta essa fixação natureza/cultura, sexo/gênero por seu próprio esgotamento lógico, pois a própria noção de natureza é histórica e, portanto, a distinção sexo/gênero nessa inteligibilidade perde o sentido.

Levada a seu limite lógico, a distinção sexo/gênero sugere uma descontinuidade radical entre corpo sexuado e gênero culturalmente construídos. Supondo por um momento a estabilidade do sexo binário, não decorre daí que a construção de “homens” se aplique exclusivamente a corpos masculinos, ou que o termo “mulheres” intérprete somente corpos femininos (BUTLER, 2016, p. 26).

Essa cisão demonstra ser uma herança da tradição filosófica que inicia em Platão, Descartes, Husserl e Sartre, a produção de categorias analíticas que operam a partir de *pairs concepts*, de modo a esquadrihar nossa forma de conhecer o mundo e a nós mesmos/as consubstanciados por dicotomias, binarismos somente possíveis pela fixação de assimetrias e arbitrariedades que traz consigo um conjunto de problemas.

Mas “por que nossos corpos deveriam terminar na pele?” (BUTLER, 2000, p.1, HARAWAY, 2000, p. 5). Foucault traz implicitamente esse problema de descontinuidade entre sexo, gênero e sexualidade no capítulo final de História da sexualidade 1 – A vontade de saber (2020) quando nos apresenta aos diários do Herculine Barbin, intersexual do século XIX, como um verdadeiro problema de identidade que incomoda, perturba e desfaz o que se pensa estar aprisionado nos termos do sistema binário. Além disso, a própria sexualidade de Herculine é uma transgressão de gênero ambígua.

As convenções linguísticas que produzem eus com características de gênero inteligíveis encontram seu limite em Herculine, precisamente porque ele/ela ocasiona uma convergência e desorganização das regras que governam sexo, gênero e desejo. Herculine desdobra e redistribui os termos do sistema binário, mas essa mesma redistribuição os rompe e os faz proliferar fora desse sistema (BUTLER, 2016, p. 54).

Portanto, o corpo, a priori, não existe sem os discursos que o envolve. Os corpos são políticos, significados pela história, processos socioculturais em um dado regime de verdade. O próprio sexo não é “dado”, não é óbvio, não é natural. “É ela própria construída por via de um modo de sexualidade historicamente específico.” (BUTLER, 2016, p.53).

Para adensar a discussão acerca do regime poder-saber-prazer costurado sobre a instituição escolar, é indiscutível e pontual consubstanciar nossa reflexão com contribuição teórica empreendida por Michel Foucault em História da sexualidade 1. Isso porque o filósofo lança-se em um temerário, mas profícuo trabalho intelectual a fim de localizar na história quais fatos políticos-históricos foram significativos para colocar o sexo em discurso.

Problematizando a hipótese repressiva que supõe que entorno e a respeito do sexo há somente um potente investimento do poder negativo que censura, proíbe e interdita os prazeres e condutas sexuais "irregulares", Foucault nos diz que a sexualidade não está somente está envolta pelos poderes da repressão, mas, também, se constitui como um dispositivo da sexualidade obstinado a dizer a verdade sobre o sexo desde “as práticas de penitência do cristianismo medieval, à evolução da pastoral católica, do sacramento da confissão – após o Concílio de Treto -, estendendo-se até meados do século XVIII.” (GADELHA, 2013, p.66). De modo que a sociedade “fala prolixamente de seu próprio silêncio, obstina-se em detalhar o que não diz; denuncia os poderes que exerce e promete libertar-se das leis que a fazem funcionar” (FOUCAULT, 2020, p.13).

Nos limites da discussão exposta, parece ser proveitoso nos atermos para essa análise histórica que Michel Foucault nos oferece como subsídio a fim de refletirmos sobre as instituições sociais que agenciam práticas e saberes se valendo de um caráter inocente propondo instituir diferenças, distinções e desigualdades, especialmente, para explorar nosso objetivo em tecer a relação entre escola e questões sociopolíticas que cerceiam as sexualidades dissidentes. Ou seja, as sexualidades que são descontínuas com o gênero e desejo, de acordo com a matriz de inteligibilidade binária socialmente instituída.

Há algum tempo que as discussões sobre diversidade sexual e LGBTIfobia na escola ocupam as agendas acadêmicas dos/das pesquisadores/as para o (re)dimensionamento e defesa de uma educação diversa e plural. O que outrora foi categorizado como saber desqualificado, profano, pouco digno, indiscutível (no entanto, não podemos afirmar que as posturas reacionárias deixaram de existir, de interpelar e questionar a validade das discussões acerca da temática), hoje, tem seu "prestígio" e preferência nos estudos, reflexões nos vários grupos de pesquisas, projetos de extensões, teses, dissertações. Apesar de não serem suficientes, o fortalecimento dessas discussões representa inegavelmente um alargamento da interpretação sociológica acerca da

LGBTIfobia como fenômeno social reverberado na escola, uma instituição que, em tese, deveria contrariar as técnicas de assujeitamento, atua como poderoso cúmplice do status quo.

No entanto, mesmo em face de tantas e múltiplas interpelações e proposições que endossam o direito a educação, especialmente, para os sujeitos marcados pelas dissidências sexuais, visto que para esses os desafios e comprometimentos são ainda mais problemáticos, deparamo-nos com "uma pedra no meio do caminho", que são determinadas teorias sociológicas que, contraditoriamente, permanecem cristalizadas, essencializadas no tempo. A estas, a teoria Queer, gestada nos Estados Unidos em fins da década de 1980, teceu/tece precisos apontamentos críticos aos estudos sociológicos concernentes as minorias sexuais e gênero.

O diálogo entre a Teoria Queer e a Sociologia foi marcado pelo estranhamento, mas também pela afinidade na compreensão da sexualidade como construção social e histórica. O estranhamento queer com relação à teoria social derivava do fato de que, ao menos até a década de 1990, as ciências sociais tratavam a ordem social como sinônimo de heterossexualidade. O pressuposto heterossexista do pensamento sociológico era patente até nas investigações sobre sexualidades não-hegemônicas. Apesar de suas boas intenções, os estudos sobre minorias terminavam por manter e naturalizar a norma heterossexual. Os primeiros teóricos queer rejeitaram a lógica minorizante dos estudos socioantropológicos em favor de uma teoria que questionasse os pressupostos normalizadores que marcavam a Sociologia canônica (MISKOLCI, 2009, 151).

Em conformidade com as críticas que perfazem a teoria Queer, especialmente, a sociologia e as formulações sobre sexualidades dissidentes e gênero, e somado as contribuições de Tomaz Tadeu da Silva (2000) em Identidade e diferença, partimos do pressuposto que “desmantelar” a matriz heterossexual compulsória e a heterossexualização dos desejos que a escola sustenta não passa somente pelo arcabouço de promover, fomentar uma discussão sobre tolerância e respeito às diferenças.

Aqui, não quer se dizer que respeito e tolerância são obsoletos para o enfrentamento da LGBTIfobia na escola, mas que não são sozinhas suficientes para tecer uma postura sociológica crítica e questionadora que assuma o exercício de problematizar, de fato, revisando e desconstruindo os efeitos de poder que se fixam sobre a identidade e diferença. “É preciso explorar a transgressão, ultrapassar os limites que o mundo social impõe a si mesmo e a todos nós, olhar com mais atenção para as relações entre o poder e saber” (Veiga-Neto, 2017, p.15).

No intento de definir o que é identidade, Silva (2000) concebe como uma positividade, o que simplesmente se é (do verbo ser), a exemplo de "sou negra", "sou mulher", "sou lésbica", "sou jovem". Nesta perspectiva, a identidade é simplesmente uma categoria independente, existe sozinha. Em contrapartida, a diferença é definida como tudo aquilo que eu não sou, mas o outro é, por exemplo, "ele é paulistano", "ele é branco", "ele é hétero". Sendo assim, se constitui como uma extensão contínua de declarações negativas.

Conclui-se que nem a identidade é por si autônoma, independente, nem tampouco a diferença o é. São as duas indissociáveis e coexistem, e são produzidas num sistema de diferenciação e significação de uma criação de linguagem. A essa forma de apreensão dessas categorias como propriamente discursivas, interdependentes, construídas por atos de significação, Jacques Derrida (2004) define como complementaridade:

A complementaridade mostra que significados são organizados por meio de diferenças em uma dinâmica de presença e ausência, ou seja, o que parece estar fora de um sistema já está dentro dele e o que parece natural é histórico. Na perspectiva de Derrida, a heterossexualidade precisa da homossexualidade para sua própria definição, de forma que um homem homofóbico pode-se definir apenas em oposição àquilo que ele não é: um homem gay. Este procedimento analítico que mostra o implícito dentro de uma oposição binária costuma ser chamado de desconstrução. Desconstruir é explicitar o jogo entre presença e ausência, e a complementaridade é o efeito da interpretação porque oposições binárias como a de hetero/homossexualidade, são reatualizadas e reforçadas em todo ato de significação, de forma que estamos sempre dentro de uma lógica binária que, toda vez que tentamos quebrar, terminamos por reinscrever em suas próprias bases (MISKOLCI, 2009, p.153).

Outrossim, atribuir uma produção cultural, social e linguística a identidade e diferença é dizer que não são essas essencializadas, naturais, cristalizadas nem no plano natural, material nem transcendente. Criamos as palavras, e arbitrariamente damos significados sociais, em uma "ilusória presença", como dissera Derrida com a "metafísica da presença" dos signos, sinais, palavras. De acordo com Saussure, os signos não têm sentido se consideramos isoladamente. A língua é um sistema de diferenças.

No âmago dessa compreensão, a definição e imposição da identidade e marcadores de diferença se estabelecem sobre as forças e relações de poder; nunca simétricos, sempre tensionadas. Isso significa que Silva (2000) compreende essa produção social possível e permitido por um poder que não é localizado, o seu efeito é maior e se espraia por toda a vida social, como teceu Michel Foucault (1999). Sendo assim, há um distanciamento das definições tradicionais de poder. Envoltados pelas

narrativas, discursos e símbolos, afirmar identidade é demarcar fronteiras, é classificar, normalizar.

Nossa forma de pensar o mundo é um tanto definida pela herança cartesiana, um vício do ocidente, o modelo de categorizar e polarizar o mundo social. O que implica em operações de incluir/excluir, atribuir positividade e negatividade, estabelecer referência ao “Outro”, normalizar e anormalizar. Todos esses esquadrinhamentos determinam quais sujeitos são referência para um “Outro” abjeto, assujeitado, subalterno. A título de exemplo, masculino/feminino, heterossexual/homossexual/, cisgênero/transgênero, branco/ negro.

O nefasto conjunto de classificações hierárquicas está no esteio das oposições binárias, da normalização; sendo esta última uma das mais importantes técnicas para fixar uma identidade normal e desejável, e a diferença em uma contínua referência a rejeição. Derrida (1991) identifica essa operacionalização como método para atribuir valor positivo a um grupo social e, por efeito, distribuindo uma série de negatividade a um outro. Cabe aqui dizer que essas posições não se esgotam no plano discursivo, mas igualmente no material, nas várias cessões e concessões de direitos a vida e na vida. A identidade só o é hegemônica se existe um Outro, portanto ela existe para o outro e necessita legitimar e se fazer reconhecida como tal (Silva, 2000).

No compasso da produção de identidade e sua dinamicidade, coexistem dois movimentos: o esforço em fixar e normalizar e, na contranarrativa, o exercício de desestabilizar, subverter, insurgir. Nesse ínterim, adverte Silva (2000, p.4): “A fixação é uma tendência e, ao mesmo tempo, uma impossibilidade”. Sobretudo, porque não existe uma total conformação com o movimento de estabelecer essa hegemonia e fixação de tal, esse outro transgrede, complica e subverte essas essencializações, não só teoricamente.

Em razão do exposto, entendemos que a escola com seu papel formativo social, tem sobre si uma enorme responsabilidade, proporcional aos seus desafios, de falar sobre respeito e tolerância, mas, antes de tudo, explicitar as técnicas de poder que atravessam-na através da linguagem, representações, dos saberes sistematizados transformando-a em um potencial reificante dos discursos que categorizam o que é normal, desejável e/ou anormal, repulsivo; que correspondem, na mesma medida, ao controle e a vigilância da sexualidade. É preciso refletir sobre suas afirmações ostensivas acerca de como (não) viver a sexualidade dissidente, quais discursos faz circular acerca de quais desejos sexuais

se reservam a individualidade, ao privado, ao segredo, ao que é indizível, não compartilhável, ameaçador.

Foucault em *Vigiar e Punir* (1975) analisou como as sociedades ocidentais modernas engrenaram as formas do exercício do poder; como foram normalizadas, estrategizadas, regulamentadas, governamentalizadas, através de mecanismos e dispositivos de controle. Ainda na época clássica, o autor nos mostra a descoberta do corpo como objeto, como é manipulado, como se torna hábil, útil e dócil. A partir dessa genealogia e da difusão do poder que se espalha sobre os mínimos fragmentos sociais, nós podemos entender a escola como um arranjo das técnicas usadas no poder pastoral, no poder da soberania e na sociedade disciplinar, que quando acopladas torna-se uma potente economia do poder.

Portanto, a escola atua como uma Instituição de sequestro que investe amplamente individualizações disciplinares durante longos anos das vidas dos/das alunos/as produzindo difusamente uma subjetivação capaz de fabricar corpos dóceis no interior do modelo Panopticum de Betham, que induz ao indivíduo a constante consciência de que está permanentemente exposto/vigiado, e assim garante-se o funcionamento automático do poder.

As inúmeras práticas que acontecem no ambiente escolar como técnicas que se combinam e dão origem a uma verdadeira tecnologia cujo fim é tanto alcançar os corpos em suas ínfimas materialidades quanto imprimir-lhes o mais permanentemente possível determinadas disposições sociais (VEIGA-NETO, 2017, p. 70).

A escola não deve ser admitida como uma instituição comprometida com uma produção de conhecimentos ingênua, pois o desejo da verdade associado ao estatuto de cientificidade impede que determinados saberes históricos sejam sistematicamente discutidos, revelados e, ainda mais, marcam uma série de reflexões como saberes desqualificados, desnecessários. Se as sexualidades que divergem da heteronormatividade são postas como indesejáveis, desviantes, anormais na escola e nos discursos que fazem circular, percebe-se que esta aparece como significativo cúmplice dos processos sociais que normalizam alunos/as LGBTI como corpos inferiores e abjetos.

A partir dos respaldos do primeiro momento dessa pesquisa, desenvolvemos um roteiro de entrevista para conduzir nosso estudo. Neste, primeiramente, foram elaboradas perguntas acerca da idade, naturalidade, raça/etnia, religião, identidade gênero e sexual; pois se entende que a composição dessas distintas identidades particulariza as

experiências e narrativas dos/as estudantes. Compõem o roteiro trinta e três perguntas concernentes a essas identidades na ambiência escolar.

Ao todo foram entrevistados/as sete alunos/as do segundo ano de ensino médio da (EEEFM). A faixa etária destes compreendem dos dezesseis aos dezoito anos. É importante destacar que se somam aos oito estudantes, quatro alunos/as que demonstraram resistência à natureza da discussão e, por efeito, recusaram-se a dar continuidade a conversa. Pretendemos logo encontrá-los novamente a fim de explorar a recusa desses/as à temática, pois como partes constituintes da escola são relevantes para compreender outros elementos envolvidos dessa negação. Todas as entrevistas resguardam suas identidades para que suas intimidades não fossem/sejam expostas. Por essa razão, adotamos como estratégia uma entrevista reservada e particular para cada.

Notamos que as categorias de gênero e sexualidade ainda são de muita complexidade para a compreensão desses/as estudantes. Atribuímos a isso, a partir do apanhado dessas entrevistas, a pouca discussão da temática da diversidade nos livros didáticos e nos conteúdos trabalhados em sala de aula. Portanto, fez-se necessário explicar, em linhas gerais, o que são e para que são usadas essas ferramentas analíticas; como vivemos as várias possibilidades dessas identidades.

Seis desses/as sete estudantes trazem nas suas falas relevantes contribuições sobre as várias expressões de violência de gênero interseccionais que estruturam suas experiências. Em termos sociológicos, se expressa o conceito da “interseccionalidade” quando marcadores sociais se relacionam e se sobrepõem constituindo relações de poder imbricadas em opressões distintas e excludentes.

Olha, muitos dos preconceitos que eu passei foi pela minha cor e meus cabelos crespos, principalmente. Os meninos da sala me apelidavam muito e me chamavam de coisas do tipo ‘macaca’. Isso mexeu muito comigo. Por isso, hoje em dia, fico sempre nas últimas cadeiras da fila e prefiro não ter amigos. Aliás, antes as pessoas mesmo se afastavam de mim na sala de aula. Me excluía dos grupos. Isso não aconteceu no Ernestão. Foi em outra escola, mas até hoje prefiro não chegar junto de muita gente. Hoje, o que acontece muito é de me confundirem com uma menina lésbica pelas roupas que eu visto, sabe? Até chegaram a dizer que eu namorava com a única amiga da escola. Foi bem difícil isso. Mas veja, eu sou hetero (Estudante A).

A partir disso, consideramos que essas vivências atravessadas por uma série de discriminações que convergem, como de gênero, classe, raça/etnia resultam, na escola, em um enfraquecimento de socialização, forçadamente, que podemos sintetizar através

do insight dos estigmas que circunscreve a relação de poder entre os estabelecidos (as identidades categorizadas como superiores, normais) e outsiders (os grupos marginalizados, subalternos, marcados pela diferença), de Norbert Elias (1993). O que implica em operações de incluir/excluir, atribuir positividade e negatividade. Todos esses esquadrinhamentos determinam quais sujeitos são referência para um “Outro” abjeto, assujeitado, subalterno.

Numa perspectiva sociológica, os estigmatizados são pessoas que poderiam ter sido facilmente aceitos nas relações sociais cotidianas, não fosse um traço que atrai a atenção e o afastam do grupo. Nesta perspectiva, outros atributos, que poderiam ser considerados, são ignorados. Esses indivíduos sofrem vários tipos de discriminações (ROSSI, 2001, p.1).

Além das práticas reguladoras de gênero reverberadas na escola, observamos que a instituição se esforça para “calar” as sexualidades desses/as estudantes, colocando-a em um lócus do que é indizível, reservado a intimidade, a descrição. Portanto, não deve ser expressa ou discutida na escola, especialmente, as sexualidades dissidentes. Mas, simultaneamente, ao não falar explicitamente, estabelece regras e condutas acerca de como deve ser vivido os desejos sexuais na escola. Acerca disso, diz a estudante “B” que tem 16 anos e é bissexual:

Eu gosto de pessoas. Não só de determinados gêneros. Quando isso rolou na escola recebi muitos bullyings. Eu até desconfio de quem seja, mas deixaram recadinhos que dizem: ‘a piranha não sabe do que “gosta”. Isso me magoou muito. A ponto da escola ser um lugar insuportável. Foi muito difícil porque todos os meus movimentos eram observados, se eu ia ao banheiro com alguma menina, eu era zoada. Além disso, eu vi muita gente, inclusive, o professor reparar nos abraços que eu dava nas minhas amigas, como se eu estivesse fazendo coisa errada. Era como se tivessem reprovando o meu gosto.

Considerando isso, conclui-se que no dispositivo da escolarização, a sexualidade está fora da escola, mesmo que se ocupem ostensivamente de falar implicitamente, “não há dúvidas que o que está sendo proposto, objetivamente e explicitamente, é a constituição de sujeitos masculinos e femininos heterossexuais nos padrões da sociedade em que a escola se inscreve” (LOURO, 2012, p. 85).

CONCLUSÕES

Em razão do exposto, entendemos que a escola com seu papel formativo social, tem sobre si uma enorme responsabilidade, proporcional aos seus desafios, de falar sobre

respeito, mas, antes de tudo, explicitar as técnicas de poder que atravessam-na através da linguagem, representações, dos saberes sistematizados transformando-a em um potencial reificante dos discursos que categorizam o que é normal, desejável e/ou anormal, repulsivo; que correspondem, na mesma medida, ao controle e a vigilância da sexualidade. É preciso refletir sobre suas afirmações ostensivas acerca de como (não) viver as práticas do gênero e sexualidade, quais discursos faz circular acerca de quais desejos sexuais se reservam a individualidade, ao privado, ao segredo, ao que é indizível, não compartilhável, ameaçador.

Os resultados da pesquisa poderão propor mudanças: pensar, discutir, problematizar e sugerir soluções no caminho da superação das vulnerabilidades sociais no âmbito local e regional, permitindo, assim, uma melhor compreensão dos processos sociais, econômicos, culturais e educacionais que envolvam a intervenção pública nas políticas para juventude.

CITAÇÕES E REFERÊNCIAS

MISKOLCI, Richard. A Teoria Queer e a sociologia: o desafio de uma analítica da normalização. In: Sociologias, Porto Alegre, ano 11, no 21, jan./jun. 2009, p. 150-182. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/soc/n21/08.pdf>. Acesso em: 22 mai 2021.

BUTLER, Judith. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”. O corpo educado: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

BUTLER, Judith. Problemas de gênero – feminismo e subversão da identidade. Trad. Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. p. 15-49.

FOUCAULT, Michel. A história da sexualidade I: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Edições Grall, 2010

DERRIDA, Jacques. Gramatologia. São Paulo: Perspectiva, 2004

FOUCAULT, Michel. História da sexualidade: A vontade de saber (Vol. 1). Editora Paz e Terra, 2020.

FOUCAULT, M. Vigiar e Punir: história da violência nas prisões. Petrópolis. Editora Vozes, 1987, pp.117-142.

GADELHA, Sylvio. Biopolítica, governamentalidade e educação: introdução e conexões, a partir de Michel Foucault. Autêntica, 2016

LOURO, Guacira Lopes. Pedagogia da Sexualidade. In: LOURO, G.L. (Org). O corpo

- educado: pedagogias da sexualidade. 3. Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2013. P. 7-34.
- MISKOLCI**, Richard. Teoria Queer: um aprendizado pela diferença. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.
- VEIGA-NETO**, Alfredo. Foucault & a educação. Autêntica Editora, 2017.
- SILVA**, TOMAZ T. Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais. 9.ed. Rio de Janeiro: Vozes 2009.
- REIS**, Toni; **HARRAD**, David; **KOSCIW**, Joseph. Pesquisa Nacional sobre o Ambiente Educacional no Brasil 2015: as experiências de adolescentes e jovens lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais em nossos ambientes educacionais. Curitiba: ABGLT, 2016.
- RODRIGUES**, Cristiano. Atualidade do conceito de interseccionalidade para a pesquisa e prática feminista no Brasil. Seminário Internacional Fazendo Gênero, v. 10, p. 1-12, 2013.
- RODRIGUES**, Carla. **BUTLER**, Judith P. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Revista Estudos Feministas, v. 13, n. 1, p. 179, 2000.
- ROSSI**, Flávia Cristina Regilio. Estigmatização dos outsiders. Sobre os estabelecidos e os outsiders; de Norbert Elias. Revista Vernáculo, v. 1, p. 1-5, n. 4, 2001.